

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.699 - PT (2019/0179372-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SETÚBAL - JUÍZO
LOCAL CRIMINAL DE SETÚBAL - JUIZ 3
INTERES. : EDER DE SOUZA CARDOSO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
OUTRO NOME : EDER DE SOUSA CARDOSO
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à intimação da parte interessada de despacho que converteu pena de multa em prisão subsidiária (fls. 7-8).

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme os documentos postais de fls. 25-26.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, manifestou-se contrariamente à concessão do *exequatur* em razão da ausência de intimação pessoal da parte interessada (fl. 31).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 34).

É o relatório. Decido.

O mero pedido de comunicação de ato processual não contraria os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

A intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos são remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

Portanto, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur*.**

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária de Minas Gerais, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de

Superior Tribunal de Justiça

origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

